RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2026

Energisa reconhece débitos e fecha acordo com Prefeitura de Cuiabá após negociações

Concessionária concorda em revisar cobranças e compensar créditos por modernização de iluminação pública

Após intensas negociações com o prefeito Abilio Brunini (PL), a Energisa admitiu ter débitos com a administração municipal de Cuiabá e comprometeu-se a rever os valores facturados e os créditos que cabem ao município. O acordo foi discutido em reunião conduzida no gabinete do prefeito na tarde de terça-feira (24) e será materializado através de uma minuta de conciliação.

Uma das cláusulas do acordo permite que aproximadamente R$ 6 milhões depositados em juízo pela Prefeitura sejam utilizados para liquidar duas contas de energia referentes aos períodos de setembro e outubro do presente ano. Embora este pagamento quitasse as faturas, não configura aceitação final da dívida, que permanecerá sujeita à revisão conjunta entre as partes envolvidas.

O termo também inclui a reavaliação pela Energisa dos créditos decorrentes da troca de iluminação pública convencional por sistemas LED. Os ganhos financeiros dessa modernização serão transformados em descontos nas futuras faturas. A Prefeitura estima que essa modernização proporcionou economia de aproximadamente R$ 4 milhões em despesas operacionais.

Adicionalmente, as multas impostas pela autarquia do Procon Municipal à concessionária serão objeto de mesa de conciliação específica para definir os valores que não comportam questionamento e deverão ser pagos pela empresa.

Conforme o entendimento estabelecido, a Energisa arcará com despesas processuais e honorários de seus próprios advogados, sem qualquer impacto aos cofres públicos municipais. A concessionária se obrigará ainda a desistir da ação de cobrança que havia ajuizado contra o município.

O prefeito Abilio Brunini destacou que o acordo representa a solução mais viável para resolver o conflito sem prejudicar a prestação de serviços públicos. Conforme sua avaliação, o propósito consiste em assegurar os interesses municipais e proteger a população contra os efeitos dessa divergência financeira.

O procurador-geral do município, Luiz Araújo Júnior, esclareceu que a aplicação dos recursos em juízo viabilizará o pagamento das duas faturas pendentes, porém não obstará a investigação de possíveis cobranças acima do devido. Eventuais valores favoráveis à Prefeitura serão compensados nas próximas faturas emitidas.

O município registra aproximadamente R$ 72,95 milhões em pendências creditadas à Energisa. Deste montante, R$ 7,92 milhões referem-se à taxa administrativa sobre a Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública (Cosip), enquanto R$ 23,02 milhões dizem respeito à iluminação de ambientes internos em edifícios residenciais.

O município cobra ainda mais de R$ 4 milhões por prejuízos causados pela não concessão de abatimentos nas contas posteriores à instalação dos sistemas LED de iluminação. Adicionalmente, R$ 38 milhões representam multas impostas pelo Procon Municipal durante o período de cinco anos.

O acordo de conciliação objetiva eliminar as divergências financeiras entre as partes, estabelecer mecanismos para compensação de créditos e garantir a normalidade dos serviços essenciais prestados à população.

Esta negociação sucede decisão da Justiça Federal que vedou à Energisa manter a suspensão de fornecimento de energia aos parques das Águas e Tia Nair. A ordem judicial, proferida na segunda-feira (23), determinou a reativação do suprimento em prazo máximo de duas horas, contado da notificação da concessionária.